



TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Cestas Básicas** para o programa Auxílio Alimentação, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.651/2019, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo especificado.

1.2. Especificação do produto/serviço:

LOTE 1 – Ampla Concorrência					
Item	Descrição do Produto/Serviço	Und.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Cesta Básica composta por: 01 Embalagem de Açúcar , tipo: cristal Descrição Complementar: Açúcar cristal, branco, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem original de fábrica com 5kg, atóxica, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. Unidade: Embalagem 5,00 KG Código Catmat: 463988	UN	3.600	R\$ 154,50	R\$ 556.200,00
	02 Embalagem de ARROZ BENEFICIADO , TIPO: AGULHINHA, BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE: LONGO FINO, QUALIDADE: TIPO 1 Descrição Complementar: constituídos de grãos inteiros, não devem apresentar manchas escuras,				



<p>brancas, avermelhadas ou esverdeadas, não deve estar com sabor ardido e nem apresentar perfurações (carunchos e outros insetos), livre de sujidades, terras e corpos estranhos, acondicionado em embalagem plástica atóxica resistente, original de fábrica com 05 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 5,00 KG</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 458904</p> <p>01 pacote Biscoito, sabor: maizena, características adicionais: sem recheio, enriquecido vitaminas, 0% gordura trans</p> <p>Descrição Complementar: biscoito tipo maisena, de 1ª primeira qualidade, vitaminado, inteiros e firmes, não devem apresentar cor esverdeada c/ pontos brancos e cinza (mofo) ou perfurações de carunchos e outros insetos, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ mínimo 345g, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Pacote mínimo 345g</p> <p>01 Embalagem Farinha de mandioca, grupo: seca, subgrupo: branca torrada, classe: fina, aspecto físico: tipo 1, acidez: baixa acidez.</p>				
--	--	--	--	--



<p>Descrição Complementar: de 1ª qualidade, seca, beneficiada, aspecto granuloso fino, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionada em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel, pacote com 01 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Embalagem 1,00 KG</p> <p>Código Catmat: 458920</p> <p>02 Embalagem de LEGUMINOSA, VARIEDADE: FEIJÃO CARIOCA, TIPO: TIPO 1</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: novo de coloração clara, de safra recente, constituídos de grãos inteiros não deve conter perfurações (carunchos e outros insetos), não devem estar esbranquiçados (mofo), murchos, sem brilho ou brotando, livre de sujidades, terras e corpos estranhos, não devem apresentar cheiro estranho quando o pacote for aberto (inseticida), acondicionado em embalagem de polietileno, transparente, atóxica, resistente de 1 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 1,00 KG</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 464553</p>				
---	--	--	--	--



<p>02 Embalagem de MACARRÃO, TEOR DE UMIDADE: MASSA SECA, BASE DA MASSA: DE SÊMOLA, SEMOLINA, INGREDIENTES ADICIONAIS: COM OVOS, APRESENTAÇÃO: ESPAGUETE</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: livre de umidade, isento de fungos e de fragmentos estranhos, devem estar inteiros e firmes, não devem apresentar perfurações (carunchos ou outros insetos), acondicionado em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel resistente, pacote c/ 500g, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 500,00 G</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 458955</p> <p>02 Embalagem de Massa de tomate, tipo: molho pronto, composição: tradicional, apresentação: líquido</p> <p>Unidade: Embalagem mínimo 300,00 G</p> <p>02 Embalagem de ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, TIPO: PURO, ESPÉCIE VEGETAL: SOJA, TIPO QUALIDADE: TIPO 1</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: óleo de soja refinado e antioxidantes, deve ser transparente, c/ cheiro e sabor próprio, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem c/ 900 ml, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve</p>				
---	--	--	--	--



<p>seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. (A embalagem não deve estar amassada, estufada, ou conter perfurações).</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 900,00 ML</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 463692</p> <p>02 Embalagem de PEIXE EM CONSERVA, VARIEDADE: SARDINHA, APRESENTAÇÃO: DESCABEÇADA E EVISCERADA, MEIO DE COBERTURA: COM ÓLEO COMESTÍVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: com ômega 3, de 1ª qualidade. O produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. Acondicionada em embalagem original de fábrica com peso líquido de 250g (lata) sem vestígio de ferrugem, amassadura ou estufada, não deve apresentar manchas escuras e ferrugem na parte interna, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante e prazo de validade estampados na embalagem. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 250,00 G</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 449006</p> <p>01 pacote de Sal, tipo: refinado, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 196 mg,g, aditivos: iodo,prussiato amarelo soda, acidez: 7,20 ph Descrição Complementar: sal refinado, de 1ª primeira qualidade, iodado, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ 01 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de</p>				
---	--	--	--	--



01	fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. Unidade: Pacote 1,00 KG Código Catmat: 433275				
	01 embalagem de BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER mínimo 345G - pacote de no mínimo 345g, livre de gordura trans, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Contém glúten. Os 11 produtos deverão ser entregues embalados em fardos transparentes resistentes com gramatura mínima de 0,20 mm, devidamente identificados, não podendo haver produtos que não estejam adequados ao consumo humano.				
Valor Total Estimado Lote 1 R\$ 556.200,00					

LOTE 2 – Cota Reservada ME/EPP					
Item	Descrição do Produto/Serviço	Und.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Cesta Básica composta por: 01 Embalagem de Açúcar , tipo: cristal Descrição Complementar: Açúcar cristal, branco, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem original de fábrica com 5kg, atóxica, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.	UN	1.200	R\$ 154,50	R\$ 185.400,00



<p>Unidade: Embalagem 5,00 KG Código Catmat: 463988</p> <p>02 Embalagem de ARROZ BENEFICIADO, TIPO: AGULHINHA, BRANCO, SUBGRUPO: POLIDO, CLASSE: LONGO FINO, QUALIDADE: TIPO 1</p> <p>Descrição Complementar: constituídos de grãos inteiros, não devem apresentar manchas escuras, brancas, avermelhadas ou esverdeadas, não deve estar com sabor ardido e nem apresentar perfurações (carunchos e outros insetos), livre de sujidades, terras e corpos estranhos, acondicionado em embalagem plástica atóxica resistente, original de fábrica com 05 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 5,00 KG CÓDIGO CATMAT: 458904</p> <p>01 pacote Biscoito, sabor: maizena, características adicionais: sem recheio, enriquecido vitaminas, 0% gordura trans</p> <p>Descrição Complementar: biscoito tipo maisena, de 1ª primeira qualidade, vitaminado, inteiros e firmes, não devem apresentar cor esverdeada c/ pontos brancos e cinza (mofo) ou perfurações de carunchos e outros insetos, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ mínimo 345g, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de</p>				
---	--	--	--	--



<p>validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Pacote mínimo 345g</p> <p>01 Embalagem Farinha de mandioca, grupo: seca, subgrupo: branca torrada, classe: fina, aspecto físico: tipo 1, acidez: baixa acidez. Descrição Complementar: de 1ª qualidade, seca, beneficiada, aspecto granuloso fino, isenta de matéria terrosa, fungos ou parasitas e livre de umidade e fragmentos estranhos, acondicionada em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel, pacote com 01 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Embalagem 1,00 KG</p> <p>Código Catmat: 458920</p> <p>02 Embalagem de LEGUMINOSA, VARIEDADE: FEIJÃO CARIOCA, TIPO: TIPO 1 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: novo de coloração clara, de safra recente, constituídos de grãos inteiros não deve conter perfurações (carunchos e outros insetos), não devem estar esbranquiçados (mofo), murchos, sem brilho ou brotando, livre de sujidades, terras e corpos estranhos, não devem apresentar cheiro estranho quando o pacote for aberto (inseticida), acondicionado em embalagem de polietileno,</p>				
---	--	--	--	--



<p>transparente, atóxica, resistente de 1 kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 1,00 KG</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 464553</p> <p>02 Embalagem de MACARRÃO, TEOR DE UNIDADE: MASSA SECA, BASE DA MASSA: DE SÊMOLA, SEMOLINA, INGREDIENTES ADICIONAIS: COM OVOS, APRESENTAÇÃO: ESPAGUETE</p> <p>DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: livre de umidade, isento de fungos e de fragmentos estranhos, devem estar inteiros e firmes, não devem apresentar perfurações (carunchos ou outros insetos), acondicionado em embalagem original de fábrica, em polipropileno transparente ou papel resistente, pacote c/ 500g, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>UNIDADE: EMBALAGEM 500,00 G</p> <p>CÓDIGO CATMAT: 458955</p> <p>02 Embalagem de Massa de tomate, tipo: molho pronto, composição: tradicional, apresentação: líquido</p> <p>Unidade: Embalagem 340,00 G</p> <p>catmat 459672</p>				
--	--	--	--	--



<p>02 Embalagem de ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, TIPO: PURO, ESPÉCIE VEGETAL: SOJA, TIPO QUALIDADE: TIPO 1 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: óleo de soja refinado e antioxidantes, deve ser transparente, c/ cheiro e sabor próprio, acondicionado em embalagem original de fábrica, embalagem c/ 900 ml, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. (A embalagem não deve estar amassada, estufada, ou conter perfurações). UNIDADE: EMBALAGEM 900,00 ML CÓDIGO CATMAT: 463692</p> <p>02 Embalagem de PEIXE EM CONSERVA, VARIEDADE: SARDINHA, APRESENTAÇÃO: DESCABEÇADA E EVISCERADA, MEIO DE COBERTURA: COM ÓLEO COMESTÍVEL DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: com ômega 3, de 1ª qualidade. O produto deve estar livre de nadadeiras, cauda e cabeça, pré-cozida. Acondicionada em embalagem original de fábrica com peso líquido de 250g (lata) sem vestígio de ferrugem, amassadura ou estufada, não deve apresentar manchas escuras e ferrugem na parte interna, com especificação dos ingredientes, informações do fabricante e prazo de validade estampados na embalagem. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente. UNIDADE: EMBALAGEM 250,00 G CÓDIGO CATMAT: 449006</p>				
--	--	--	--	--



<p>01 pacote de Sal, tipo: refinado, aplicação: alimentícia, teor máximo sódio: 196 mg/g, aditivos: iodo, prussiato amarelo soda, acidez: 7,20 ph</p> <p>Descrição Complementar: sal refinado, de 1ª primeira qualidade, iodado, acondicionado em embalagem original de fábrica, pacote c/ 01 Kg, íntegra, contendo externamente especificação do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. O produto deve seguir as normas de produção e embalagem de acordo com a legislação vigente, e registro no órgão competente.</p> <p>Unidade: Pacote 1,00 KG</p> <p>Código Catmat: 433275</p> <p>01 embalagem de BISCOITO SALGADO CREAM CRACKER mínimo 345G - pacote de no mínimo 345g, livre de gordura trans, prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Contém glúten.</p> <p>Os 11 produtos deverão ser entregues embalados em fardos transparentes resistentes com gramatura mínima de 0,20 mm, devidamente identificados, não podendo haver produtos que não estejam adequados ao consumo humano.</p>				
Valor Total Estimado Lote 2 R\$ 185.400,00				

1.3. Nos termos dos artigos 47 e 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006, os itens da presente licitação cuja estimativa de valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são destinados exclusivamente a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme indicado na tabela acima.



1.3.1. Para os itens cuja estimativa de valor seja superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será aplicada a cota reservada de que trata o artigo 48, inciso III, da referida lei, na proporção de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme indicado na tabela acima.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

Do Prazo de Vigência da Contratação

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do dia útil subsequente à data de publicação no Diário Oficial do órgão ou da divulgação no PNCP, conforme estabelece o artigo 22 do Decreto Municipal nº 72/2025.

1.7. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, hipótese em que os quantitativos fixados na licitação serão renovados para o novo período de vigência, de acordo com o artigo 23 do Decreto Municipal nº 72/2025.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A pretendida contratação justifica-se pela necessidade de atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, haja vista que a Administração Pública Municipal tem como atribuição, dentre outras, propiciar a continuidade dos serviços, desempenhando suas funções administrativas ou operacionais de forma a atender o princípio da eficiência e qualidade do serviço ofertado à população.

2.2. A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – e regulamentado no âmbito municipal pela Lei 2.651/19.

2.3. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são os órgãos responsáveis pelo atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, com a distribuição de benefícios



eventuais para essa parcela da população. Entre os benefícios previstos em lei, existe o auxílio alimentação, que é concretizado através do fornecimento de cestas básicas.

2.4. As cestas básicas serão entregues às famílias necessitadas, após o parecer de um técnico do SUAS vinculado a algum dos órgãos acima mencionados, que preencham o requisito de renda per capita e apresentem a documentação exigida na lei municipal, vedada a duplicidade de recebimento de benefícios por núcleo familiar.

2.5. A população atendida pelo auxílio alimentação ainda deverá ser inserida no Cadastro Único (CADUNICO), a fim de ampliar a oferta de proteção social por meio da inclusão em programas sociais do Governo Federal ou programas estaduais e municipais que adotem o cadastro único com base de informações.

2.6. Desta forma, as famílias que passam por contingências sociais que fragilizam a manutenção do indivíduo, como acidentes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros, recebem o auxílio necessário para enfrentar esse período de maior dificuldade e manterem uma vida digna.

2.7. Assim, há motivação para licitar a aquisição de CESTAS BÁSICA, uma vez que os órgãos de proteção social do SUAS atendem as famílias em situação de vulnerabilidade social em demanda espontânea. A Lei Municipal nº 2.651/2019 dá amparo a este tipo de atendimento, estando previsto o Benefício Eventual – Auxílio Alimentação. As cestas básicas são necessárias para a concretização do direito constitucional à alimentação e para promoção de segurança alimentar, sendo os serviços prestados de relevante interesse público e social.

2.8. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 11/03/2026

IV) Id do item no PCA: 034/2026

V) Classe/Grupo: material



III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na realização de um pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, para a formação de Ata de Registro de Preços, visando a contratação futura e eventual de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de cestas básicas, pelo período de 12 meses.

3.2. O item objeto da contratação é anualmente licitado, por se tratar de material indispensável para o atendimento das famílias em vulnerabilidade social com a concessão do Auxílio Alimentação, ofertando assim uma prestação de serviço público à população com qualidade e eficiência, sendo que a contratação anterior se realizou através do Processo Administrativo nº 024/25, Pregão Eletrônico nº 003/25, estando a concessão do benefício eventual previsto na Lei Municipal nº 2.651/2019.

3.3. A escolha do pregão eletrônico garante maior competitividade, transparência e economicidade, ampliando a participação de fornecedores e possibilitando a obtenção de melhores condições de preço e qualidade, conforme preconiza o art. 37 da Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), regulamentado pelo Decreto Municipal nº 72/2025, permite aquisições parceladas conforme a demanda real, evitando a imobilização de recursos orçamentários em estoques excessivos e minimizando riscos de perdas por vencimento ou deterioração dos produtos. Essa estratégia promove a racionalidade administrativa, alinhada ao princípio da eficiência, e assegura a flexibilidade necessária para atender às variações na demanda por serviços odontológicos, especialmente em razão do aumento populacional e da ampliação dos atendimentos.

3.4. Os produtos adquiridos deverão ser nutricionalmente adequados e seguir todas as normas vigentes para alimentos e vigilância sanitária. A entrega ocorrerá de forma parcelada, de acordo com as necessidades da secretaria solicitante, e realizada no almoxarifado central, com conferência quantitativa e qualitativa no momento do recebimento. Os fornecedores deverão substituir itens defeituosos em tempo hábil e sem ônus para a administração.

3.5. Essa solução atende ao interesse público ao assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços socioassistenciais, promovendo segurança alimentar para famílias em



situação de vulnerabilidade social, reduzindo riscos de interrupções no atendimento e otimizando os recursos financeiros disponíveis, em linha com os princípios da eficiência, legalidade e economicidade.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.2.

4.2. Os produtos que compõem a cesta básica deverão ser entregues embalados em fardos transparentes resistentes com gramatura mínima de 0,20 mm, devidamente identificados, não podendo haver produtos que não estejam adequados ao consumo humano.

4.3. Os produtos deste termo deverão ser entregues devidamente embalados e identificados com a descrição e quantidade do material contido em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, umidade ou aderência ao produto, bem como sem nenhuma avaria (vazamento, amassados, rasgos, sujeira, dentre outras).

4.4. A Detentora deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

4.8. Manter, durante toda a vigência da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.9. As entregas dos materiais irão correr por conta da Detentora, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.



4.10. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Garantia da contratação

4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando o objeto da licitação.

Subcontratação

3.12. Não será permitida a subcontratação do objeto.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os itens serão solicitados de **forma parcelada**, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo Fundo Municipal de Assistência Social, **com prazo de entrega de até 10 (dez) dias corridos** após o recebimento da AF.

5.2. Os equipamentos solicitados deverão ser entregues no Almojarifado Central, localizado na Rua dos Anjos, n. 628, Bairro Jardim São Francisco, Município de Bataguassu/MS, durante o horário comercial, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h (horário oficial de Brasília).

5.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no **prazo de 05 (cinco) dias corridos**, o objeto com avarias ou defeitos.

5.4. Os materiais deverão ser entregues em embalagens fechadas quando de sua entrega e, caso não atendam as especificações, serão devolvidos a contratada.

5.5. As entregas dos materiais irão correr por conta da contratada, bem como as despesas de seguros, transporte dos materiais de seu estabelecimento até o local determinado para entrega, bem como pelo seu descarregamento, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

5.6. O transporte dos produtos deverá ser realizado em veículo apropriado (veículo fechado de acordo com as normas da Vigilância Sanitária). O transporte deve garantir a preservação da qualidade e da sanidade do alimento e prevenir a contaminação. O veículo e a carroceria de transporte devem ser mantidos em perfeito estado de



conservação e higiene. A cabine do condutor deve ser isolada da parte que contém os alimentos. Todos os produtos resfriados ou congelados deverão ser entregues através de veículos refrigerados (devem ser providos de termômetros de fácil leitura). Caso isto não seja cumprido acarretará na recusa do produto e a imposição das sanções contratuais.

5.7. Para produtos não perecíveis: Estes deverão ser transportados em veículo fechado, com bom estado de conservação, limpo, organizado e exclusivo para este fim. Devem ser transportados em caixas plásticas vazadas e apoiados em estrados ou paletes.

5.8. Os entregadores deverão estar devidamente identificados com o nome da empresa, uniformizados (camisa, sapato, calça, crachá, boné) com hábitos de higiene satisfatórios (uniforme limpos, higiene pessoal adequada), conforme boas práticas de fabricação/produção de alimentos possuindo boa conduta e relacionamento no local de entrega.

5.9. O transporte, a carga e a descarga devem garantir a integridade e a qualidade do produto e impedir a contaminação e a deterioração do produto.

5.10. A validade mínima dos produtos deverá ser aquela constante na descrição detalhada dos produtos a partir da data de entrega.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.11. O prazo de garantia é contratual, adicional a garantia legal, é de no mínimo dois anos, a contar da entrega do produto.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os materiais serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos



valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Forma de fornecimento

8.1.1. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme solicitação da Secretaria demandante.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica



8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Econômico-Financeira

8.17. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

Qualificação Técnica

8.18. Alvará ou Licença Sanitária, expedido pelo órgão responsável pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa licitante ou Licenciamento Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária Estadual (Secretaria Estadual da Saúde) ou Federal (Ministério da Saúde) comprovando que a empresa licitante está autorizada a operar no ramo de gêneros alimentícios, em vigor.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 741.600,00 (setecentos e quarenta e um mil e seiscentos reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1.



9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026 (LOA nº 3.228 de 22/12/2025)

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bataguassu-MS, 19 de março de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BATAGUASSU
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

SEPLAN

Secretaria Municipal de
Planejamento e Licitações

Geovani Tavares Martim

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento

Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Thais Bastos Galvão Thomazini

Secretária Municipal de Assistência Social.

